

## **Cooperativas e trabalho: Um olhar sobre o setor de reciclagem e fábricas recuperadas em São Paulo**

*Marcia de Paula Leite*  
Faculdade de Educação e  
Doutorado em Ciências Sociais  
Unicamp

### **Introdução**

O crescimento das experiências que conformam a Economia Solidária tem se transformado em um objeto de estudo importante da Sociologia. Seja, contudo, pela novidade do fenômeno<sup>1</sup>, seja pelos aspectos contraditórios que ela carrega, sua discussão tem sido sempre bastante polarizada. De fato, seus estudiosos têm se dividido, seja no Brasil, seja em outras partes do mundo, entre aqueles que a defendem como portadora de ideais de emancipação social (Santos, 2002; Laville, 2006; Singer, 2000; Gaiger, 2004; Vieitez e Dal Ri, 2009) e aqueles que a vêem como um fenômeno efêmero, sem grande capacidade de transformação social (Castel, 1998; Quijano, 2002; Holzmann, 2001), passando, ainda, por aqueles que destacam seu poder de preencher funções e papéis sociais antes desempenhados pelo Estado e, nesse sentido, como uma tendência a corroborar as transformações introduzidas pelos princípios neo-liberais e a promover o trabalho mal pago e destituído de direitos (Lima, 2002; Rizek, nesta coletânea).

Este texto pretende analisar os limites e potencialidades da Economia Solidária, tentando trazer mais luz sobre a realidade, de forma a permitir uma melhor compreensão de um fenômeno social novo e pleno de contradições. Alimentando-se de uma extensa pesquisa em desenvolvimento no Estado de São Paulo e detendo-se, basicamente, no setor de reciclagem e em experiências de fábricas recuperadas, tomadas como estudos de caso, ele se direciona a um conjunto de questões, tais como: Quais são as potencialidades da Economia Solidária, no sentido de apresentar soluções para a população carente que ela incorpora? Qual sua capacidade de atualizar e potencializar outros movimentos sociais, presentes há muito mais tempo em nossa sociedade, como

---

<sup>1</sup> A difusão do que se convencionou chama, no Brasil, de empreendimentos econômicos solidários (cooperativas e associações baseadas na propriedade e no trabalho coletivos) é um fenômeno que toma vulto no quadro do aumento do desemprego e da precarização do trabalho que inundou os mercados de trabalho de grande parte dos países industrializados a partir dos anos 1990, com o recrudescimento das políticas neo-liberais.

os movimentos sindicais, ambientalistas e feministas? Qual é, enfim, sua capacidade efetiva de transformação social?

Evidentemente, essas indagações não são simples de serem respondidas e exigem um espaço de reflexão que vai muito além daquele de que dispomos aqui. Nesse sentido, o objetivo deste texto é trazer novas considerações a partir de dados concretos de pesquisa, tendo essas questões mais como norteadoras da discussão do que como perguntas a serem retorquidas de forma categórica.

## **1. Economia Solidária e movimento social**

Um dos primeiros aspectos a ser enfrentado nessa discussão refere-se ao estatuto da Economia Solidária, ou seja, de que fenômeno social estamos falando. Trata-se de uma tendência pontual, localizada, com pouca capacidade de dispersão pelo tecido social ou de algo mais extensivo, com poder de disseminação, organização e mobilização suficiente para configurar um movimento social?

As dificuldades para responder a essa questão encontram-se no fato de que estamos frente a um fenômeno que apresenta características muito distintas e contraditórias quando se pensa nas suas várias manifestações, o que torna difícil sua caracterização.

Se, por um lado, a Economia Solidária possui características que apontam no sentido de um movimento social, as quais valem a pena levar em consideração, ela apresenta também, por outro lado, uma série de defasagens entre a teoria defendida pelos líderes do movimento e a prática cotidiana dos empreendimentos, que não pode ser deixada de lado quando se pensa em sua capacidade de transformação social.

No que concerne às características da Economia Solidária enquanto um movimento social, vários aspectos merecem destaque:

Em primeiro lugar, os números dos empreendimentos; a organização de fóruns de debate; a criação de entidades internas ao movimento (FBES, CONAES<sup>2</sup>, entre outros); o conjunto de reivindicações e propostas que vêm consolidando a Economia Solidária enquanto um projeto; a capacidade de pressionar o governo para a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e a adoção de uma política pública

---

<sup>2</sup> FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária; CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária.

de Economia Solidária; a relação com movimentos populares (Gaiger, nesta coletânea) são indicadores importantes de que estaríamos frente a um movimento social.

Em segundo lugar, haveria que se considerar que a Economia Solidária se apresenta como uma manifestação de grande capilaridade, seja territorial (o movimento espalha-se pelo conjunto do país, atingindo ao mesmo tempo diferentes regiões, bem como o campo e a cidade), seja no que diz respeito aos diferentes grupos populacionais que o constituem: homens, mulheres, jovens, idosos, aposentados, embora, em termos sociais, ele se restrinja a grupos que se localizam nas franjas do mercado de trabalho, a populações que vivem situações de exclusão social ou a operários, em geral de baixa qualificação, e que se encontram em faixas de idade mais avançadas, de fábricas que faliram.

Em terceiro lugar, vale lembrar que a capacidade de organização que o movimento vem conquistando não é desprezível. A criação da Senaes, das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e dos fóruns tem demonstrado uma importante capacidade do movimento em se manter organizado, multiplicando suas experiências e crescendo em termos de amadurecimento e capacidade propositiva. Ainda que a Senaes tenha se mostrado tímida em suas iniciativas de intervenção e de propor políticas<sup>3</sup>, que a capacidade de incubação das ITCPs deixe muito a desejar<sup>4</sup> e que os fóruns<sup>5</sup> sejam mais uma forma de encontro de lideranças do movimento, esse conjunto de instituições e formas de organização vem lhe garantindo uma capacidade importante de reflexão e aprofundamento propositivo.

Tal aprofundamento expressa-se, claramente, no resultado dos últimos encontros, especialmente a II Conferência Nacional de Economia Solidária (II Conaes), que terminou com a proposta de criação de um ministério de Economia Solidária. O evento, que aconteceu entre os dias 16 a 18 de agosto, em Brasília, reuniu 1.600

---

<sup>3</sup> Criada em 2003, as principais atividades da Senaes vem sendo a realização do SIES (Sistema de Informação em Economia Solidária) e o programa *Economia Solidária em Desenvolvimento*, em parceria com os ministérios do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário e com o BNDES. Contando com recursos do orçamento do próprio MTE, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo Nacional de Assistência Social (FNASMDS), a Senaes apóia empreendimentos econômicos solidários, especialmente por meio do suporte a seus eventos, como reuniões e feiras (Souza, 2010: 167).

<sup>4</sup> De acordo com o depoimento de vários membros de ITCPs, a possibilidade de sobrevivência das cooperativas após o processo de incubação é bastante reduzida, em que pese a boa avaliação que algumas ITCPs podem fazer de seu trabalho (Bacic, 2010; Cortegoso, Ferraz, Shimbo e Lucas, 2010).

<sup>5</sup> O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), instância nacional de articulação, debates, elaboração de estratégias e mobilização do movimento de Economia Solidária é alimentado pelos Fóruns Estaduais e Municipais. Ele representa também o movimento frente ao poder público e outras entidades nacionais e internacionais.

delegados e delegadas de todo o país para discutir propostas de políticas públicas de fomento para a economia solidária. Com quase 200 propostas aprovadas, as recomendações ao Poder Público se destacam pela intenção de institucionalizar e tornar a economia solidária como preocupação permanente de Estado. Para isso, os participantes sugeriram, também, a criação do Fundo Nacional (instrumento de financiamento de políticas públicas de economia solidária) e de um Sistema Nacional (responsável pela articulação dos entes governamentais e da sociedade civil nas três esferas de governo). Destaquem-se, também, preocupações como a ampliação de acesso aos mecanismos e instrumentos de comercialização justa e solidária, bem como a extensão do acesso dos empreendimentos econômicos solidários às compras governamentais (a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar). Observe-se, ainda, o destaque conferido à articulação da Economia Solidária com outros temas pertinentes à sociedade, como juventude, meio ambiente, reforma agrária, energia, cultura, entre outros ([WWW.adital.com.br](http://WWW.adital.com.br), consultado em 22/08/2010).

Um ponto fortemente ressaltado pelos participantes foi o entendimento de que a Economia Solidária não pode se reduzir a empreendedorismo, nem somente a combate à pobreza. O encontro deixou claro que o empreendedorismo, por si só, não garante o caráter autogestionário e coletivo das atividades econômicas, nem a dimensão de movimento social da Economia Solidária. Outras propostas de destaque foram: a afirmação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário e do Sistema Nacional de Finanças Solidárias, com efetivação de crédito através dos fundos rotativos, bancos comunitários e cooperativas de crédito; do reconhecimento e fomento à organização econômica dos povos e comunidades tradicionais, mulheres e pessoas portadoras de algum tipo de deficiência; da criação de um super-simples cooperativo, visando facilitar a regularização das cooperativas; da alteração da Lei Geral das Cooperativas; do Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária - PRONADES (garantia de repasse dos recursos do Fundo Nacional de Economia Solidária diretamente a empreendimentos solidários adequados à sua realidade); de uma política de formação e assessoria técnica, entre outras.

A Marcha da Campanha de Assinaturas da Lei que institui a Política Nacional de Economia Solidária foi a ação de maior peso político da Conferência. Os/as delegados/as caminharam até o Congresso Nacional, clamando por uma economia e uma sociedade que priorizem a vida sobre o lucro e a exploração do trabalho e, uma delegação constituída pelas/os 100 integrantes da Coordenação Nacional do FBES,

entrou no Congresso Nacional para apresentar às/aos deputadas/os a lei proposta pelo Fórum e acolhida pela Comissão de Legislação Participativa (CLP) e pela Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária. Esta atividade resultou no compromisso de que o PL da Economia Solidária será ponto de pauta da próxima reunião da Comissão, com o indicativo de realização de uma audiência pública na CLP como estratégia para o encaminhamento do Projeto de Lei ao Congresso Nacional (Blog.mte.gov.br, consultado em 22/08/2010).

O documento resultante da Conferência reflete o acúmulo e aprofundamento da temática, consubstanciados nas discussões regionais e nacionais já realizadas<sup>6</sup>.

Embora esse acúmulo tenha a ver, também, com o desenvolvimento da experiência, é importante considerar, contudo, que esta se mantém muito aquém das propostas das entidades, apresentando ainda muitas limitações e contradições que são mais difíceis de serem enfrentadas na prática. Tudo indica que há um descolamento, uma defasagem entre as propostas das instituições criadas no âmbito da Economia Solidária e a prática efetiva dos empreendimentos (Oliveira, 2010; Pires, 2010; Lorente, 2009). O que explicaria tal descolamento? O alto grau de institucionalização das entidades de Economia Solidária pode estar na raiz desse descompasso, na medida em que o grande poder de disseminação e organização que a experiência vem demonstrando, não parece estar sendo acompanhado por um poder correspondente de mobilização dos atores envolvidos.

De fato, a presença dos atores sociais envolvidos nos empreendimentos solidários parece ser bem pouco expressiva nos fóruns, dos quais participam, mais amplamente, gestores públicos ou lideranças de ONGs. Enquanto os primeiros encontram-se envolvidos na labuta do dia a dia de seus empreendimentos, os últimos dispõem de muito mais condições para participar dos eventos. A fraca participação dos(as) trabalhadores(as) associados(as) nos fóruns de discussão seria, contudo, um forte elemento a contribuir para a defasagem entre a teoria e a prática, entre as discussões travadas pelos gestores nos encontros e a prática cotidiana vivida nas associações e cooperativas. Essa defasagem estaria por trás, nesse sentido, da pouca capacidade de intervenção social, de transformação da realidade do trabalho, mesmo para a maioria daqueles que fazem parte dos empreendimentos solidários. Ela estaria, também, por trás da fraca capacidade dos empreendimentos de se articularem de

---

<sup>6</sup> Além das várias Conferências estaduais, regionais e locais, o movimento promoveu a I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), em 2006 e a II CONAES, em agosto de 2010.

maneira mais orgânica com os vários movimentos sociais, incorporando, no seu interior, os avanços por eles conquistados. A dificuldade de dar espaço para as demandas e conquistas do movimento feminista nos empreendimentos<sup>7</sup>, bem como de estabelecer uma relação mais clara com o movimento sindical<sup>8</sup> são apenas alguns exemplos da pouca capacidade de transformação da realidade do trabalho por parte dos empreendimentos solidários.

Além disso, o fenômeno carece de um conjunto de aspectos que sempre caracterizaram os movimentos sociais, como uma identidade que una seus participantes, a presença de reivindicações claras e objetivas dirigidas ao Estado, a capacidade de mobilização de seus componentes.

Mas, se a capacidade de intervenção social da Economia Solidária é débil, se ela não pode ser considerada de grande alcance no sentido de transformar as características do trabalho de forma mais efetiva, se ela foge às características de um típico movimento social, ela parece sem dúvida apresentar-se como mais do que uma forma de inserção alternativa para grande parte dos grupos sociais que a compõem.

Ocorre que ela contém, em muitos casos, uma característica de resistência dos trabalhadores cooperados que não pode ser desprezada. Seja pela recusa em perder seus empregos, como acontece com os trabalhadores das fábricas recuperadas, seja pela luta travada contra o desemprego ou as formas de trabalho absolutamente degradantes (como o trabalho na rua ou nos lixões), como demonstram os trabalhadores das cooperativas do setor de reciclagem, uma boa parte dos empreendimentos revela uma atitude proativa de seus associados, que não deve ser desprezada em sua análise. As formas de organização a que os empreendimentos deram lugar, como a UNISOL, a

---

<sup>7</sup> Já são vários os estudos que têm revelado a desigualdade de gênero nos EES. A pouca presença de mulheres na direção dos empreendimentos; a divisão sexual do trabalho, que se reproduz em seu interior; a diferenciação nos cálculos das retiradas de homens e mulheres são apenas alguns dos indicadores de que os mesmos carecem de uma relação mais orgânica com o movimento feminista (Wirth, 2010).

<sup>8</sup> Também já não são poucos os estudos que têm apontado para a manutenção da divisão do trabalho nas fábricas recuperadas (Oda, 2001; Vieitez e Dal Ri, 2001), o que demonstra uma incapacidade do movimento para pôr em prática uma das principais reivindicações do movimento sindical. Agregue-se ainda a dificuldade de proposição de uma relação mais clara das fábricas recuperadas com os sindicatos. A situação encontrada até o momento pela CUT, de permitir que os trabalhadores cooperados integrem as bases do sindicato, não resolve a contradição de que eles são vistos como patrões quando a fábrica possui trabalhadores assalariados e propicia o surgimento de situações constrangedoras, como a encontrada pela pesquisa de Maria Cecília Camargo Pereira (cf. qualificação de doutorado, *Da subordinação à associação: o sindicalismo e a economia solidária*, PPG em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp, 2009), de cooperados que são associados ao sindicato por pressões da diretoria do empreendimento. Agradeço à pesquisadora pela informação e por disponibilizar o uso de seu texto neste artigo.

ANTEAG, o MNCR<sup>9</sup>, entre outras entidades, são expressões importantes dessa prática de resistência, que conferem à Economia Solidária características de um verdadeiro movimento social, embora tais características não sejam suficientes para afirmarmos que o movimento possui uma efetiva capacidade de transformação social, no sentido mais amplo da palavra, nem que venha obtendo êxito na criação de empreendimentos verdadeiramente autogestionários. Na verdade, no que tange a essa última questão, os achados de nossa pesquisa convergem com as considerações de Faria (2009), no sentido de que um empreendimento realmente autogestionário se torna praticamente inviável no quadro de um mercado capitalista. As pressões para a competitividade são tantas, que as práticas menos democráticas de tomada de decisões acabam se tornando quase uma questão de sobrevivência. Nesse sentido, o máximo que poderíamos falar seria de empreendimentos que buscam seguir (com maior ou menor grau de sucesso) práticas inspiradas em princípios autogestionários.

Os dois próximos tópicos, dedicados à análise do setor de reciclagem e a estudos de caso de fábricas recuperadas, estão voltados ao aprofundamento dessas questões.

Vale lembrar, no entanto, que da mesma forma que as análises voltadas à compreensão da Economia Solidária, as discussões sobre o significado do cooperativismo tem, já há muito, tomado o caminho de uma polarização entre seus críticos e defensores. Novamente, nossa proposta consiste em evitar essa perspectiva, buscando levantar as potencialidades e vulnerabilidades das experiências cooperativistas. A análise será feita, levando-se em consideração tanto seu poder enquanto instrumento de geração de emprego e renda, como seu caráter de resistência e sua capacidade de criar formas de inserção social baseadas na solidariedade dos trabalhadores.

## **2. O setor de reciclagem**

Os estudos de caso, bem como os dados levantados pela pesquisa, nos mostram que este é um setor em que as cooperativas vêm se difundindo de maneira importante, em função das políticas públicas municipais atuais, as quais vêm buscando, ao mesmo

---

<sup>9</sup> UNISOL; Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários, entidade da CUT que presta apoio financeiro e assessoria técnica a empreendimentos econômicos solidários; ANTEAG: Associação Nacional de Trabalhadores de Empreendimentos Autogestionários; MNCR: Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, criado em 2001.

tempo, resolver um problema social (o dos catadores) e ambiental (o do lixo), por meio do apoio à Economia Solidária. Apesar de ser ainda pouco representativa no conjunto das atividades de economia solidária (1,7% do total dos empreendimentos mapeados, de acordo com o SIES de 2007), a coleta de material reciclável adquire relevância enquanto um dos segmentos de expansão mais acelerada nos últimos anos, já que a grande maioria dos empreendimentos - em torno de 93,2% - foi criada nos últimos 12 anos (Schiochet e Brandes, 2009, apud Wirth, 2010).

De acordo com Magera (2005:29), “acredita-se que, somente no Estado de São Paulo, trabalhem mais de 200 mil pessoas ligadas à reciclagem de lixo, e, no Brasil, algo em torno de 300 mil”<sup>10</sup>. Esse contingente poderia ser muitíssimo maior se considerarmos que o Brasil recicla em torno de 5% das, aproximadamente, 100 mil toneladas de lixo urbano produzidas por dia (Lima, 2010).

As cooperativas de reciclagem de lixo surgem no Brasil a partir da confluência de duas questões que assumem visibilidade na década de 1980: de uma parte, o fortalecimento do debate sobre o meio ambiente, a dimensão crescente do lixo produzido nas cidades e a necessidade de atenuar seus efeitos; de outra parte, a reestruturação econômica, com a globalização da produção e dos mercados produzindo milhares de desempregados e a tendência à precarização das relações de emprego e trabalho. É nesse contexto que a reciclagem torna-se economicamente atraente para as indústrias, por reduzir os custos de transformação das matérias primas (Lima, 2010).

Na década seguinte, diversos municípios, em geral governados por partidos progressistas, animados pelas propostas de organização de cooperativas - como uma forma alternativa de economia, por meio da qual os trabalhadores autogerenciariam pequenos empreendimentos como forma de geração de renda - que se faziam presentes nos Fóruns Sociais Mundiais realizados em Porto Alegre, começaram a organizar associações ou cooperativas de catadores, visando a eliminar os lixões e encontrar outras formas de se relacionar com aqueles que viviam da coleta de lixo nas ruas das cidades. As intervenções municipais centraram-se no fornecimento de espaços para estocagem do material coletado, de caminhões e outros tipos de transporte e na implementação de políticas voltadas à conscientização da população sobre a importância da reciclagem e da separação adequada do lixo. Algumas prefeituras passaram a criar departamentos ou secretarias de Economia Solidária, enquanto a Igreja,

---

<sup>10</sup> - Quando se considera, contudo, o conjunto dos catadores informais e organizados, o MNCR (2008) estima que existam aproximadamente 800 mil trabalhadores na atividade, no conjunto do país.



ONGs nacionais e internacionais, universidades e mesmo grandes empresas capitalistas entraram com processos de incubação e apoio a esses empreendimentos, promovendo formação técnica para os associados, difusão dos princípios da economia solidária e/ou propiciando infra-estrutura (Lima, 2010).

A organização dos catadores em movimentos e a participação de lideranças de cooperativas em fóruns de Economia Solidária indicam um conjunto de experiências exitosas e a potencialidade desses empreendimentos gerenciados pelos próprios trabalhadores. Em 2001, foi criado o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e nesse mesmo ano foi realizado o I Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e a I Marcha da População de Rua. Em 2002, a atividade foi regulamentada, entrando na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). A partir de 2003, com a criação da SENAES, as cooperativas e associações passaram a ser levadas em conta na elaboração de políticas públicas de geração de renda, com apoio a entidades de incubação e financiamento para os pequenos empreendimentos associativos. Em 11/09/2003, a partir de Decreto Presidencial, foi criado o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis, composto por seis ministérios (MMA, MTE, MCT, MEC, MS, MDIC<sup>11</sup>), além do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal, Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e Casa Civil da Presidência da República. Esse comitê tem articulado as diferentes linhas de financiamento para a categoria (Wirth, 2010).

Em 2003 e 2005 foram realizados, respectivamente, o I e o II Congressos Latinoamericanos de Catadores e, em 2006, houve a marcha de catadores até Brasília, reivindicando do Governo federal maior apoio às cooperativas e à criação de postos de trabalho. Em 2009, foi realizada em São Paulo a I Expo Catadores, voltada para associações e cooperativas, com a presença do Presidente da República e representantes de trabalhadores de países latinoamericanos (Lima, 2010).

A atuação de diversas instituições na organização desses trabalhadores em cooperativas tem significado, em geral, importantes ganhos sociais, especialmente quando se pensa em termos das condições de trabalho e da recuperação da dignidade e auto-estima por parte deles. Conforme explicita Lima (2010:03), em algumas cidades,

---

<sup>11</sup> MMA- Ministério do Meio Ambiente; MTE- Ministério do Trabalho e Emprego; MCT- Ministério de Ciência e Tecnologia; MEC- Ministério da Educação; MS – Ministério da Saúde; MDIC- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

onde as cooperativas são mais organizadas, os trabalhadores começaram a ganhar uniformes e utilizar veículos identificados com a coleta seletiva de lixo, conferindo visibilidade à atividade e transmitindo para a população o caráter positivo da reciclagem. Esse processo tem propiciado, em consequência, valorização e respeitabilidade aos catadores vinculados às cooperativas, antes vistos como perigosos, vagabundos ou mendigos. “A junção cooperativa - consciência ecológico-ambiental valorizou a atividade. Os trabalhadores se sentem incluídos e consideram-se agentes ambientais reconhecidos como importantes para a sociedade” (Lima, 2010:3).

É importante ressaltar que, nesse processo, a separação do material passou a ocupar espaços cedidos por prefeituras, os quais, apesar de precários, especialmente em termos de equipamentos disponíveis e proteção para os trabalhadores, constituem um grande avanço, quando comparados aos lixões ou à coleta na rua.

Outro fator positivo é que as entidades que se ocupam da incubação de cooperativas não só acompanham seu funcionamento, como propiciam, muitas vezes, reuniões e encontros dos recicladores em âmbitos locais, regionais, nacionais e mesmo internacionais. Esse processo tem incentivado a organização da categoria e proporcionado a conscientização política de seus direitos. (Lima, 2010).

Por meio de estudos e de experiências concretas, a categoria vem comprovando a possibilidade de combinar inclusão social e medidas de manejo do lixo, ambientalmente mais favoráveis. Além das vantagens já descritas, a remuneração da coleta seletiva solidária, por parte das prefeituras, representa a possibilidade para alguns recicladores de auferirem uma renda fixa.

Esses aspectos positivos do setor convivem, entretanto, com um conjunto de vulnerabilidades, que não podem deixar de ser consideradas. Em primeiro lugar, enquanto política pública descentralizada em vários níveis governamentais, a política de reciclagem reflete a diversidade dos atores e interesses envolvidos. Os catadores, de forma geral, individualmente ou organizados em associações e cooperativas, tem de enfrentar as empresas de coleta de lixo e recicladoras, que têm no lixo uma fonte de lucro importante. Essa competição se expressa na pressão que tais empresas fazem sobre os governos municipais para garantir tanto o monopólio da coleta de lixo, como sua comercialização, depois de transformado em matéria prima para as grandes indústrias, deixando os trabalhadores do lixo apenas com a parte da reciclagem inicial. As cooperativas de reciclagem encontram-se assim, no interior de uma cadeia, na qual, numa ponta estão as grandes empresas de coleta e na outra, está o cartel formado por

atravessadores e empresas recicladoras que determinam os preços dos materiais recicláveis (MNCR, 2009, p.56, apud Wirth, 2010).

Em geral, os catadores, sejam aqueles que trabalham autonomamente, sejam os que atuam como membros de associações e cooperativas, fazem parte de uma população marginalizada, com baixo grau de escolaridade, excluídos do mercado de trabalho formal, ou porque perderam seus empregos, ou porque nunca conseguiram nele se inserir. É significativa a presença de mulheres, especialmente nas fases de separação e seleção do material. Trata-se assim, de uma população extremamente vulnerável e com poucos instrumentos para poder lutar por melhorias de suas condições de trabalho.

Além disso, há uma questão mais séria relacionada às políticas públicas. Para que as cooperativas de reciclagem possam, efetivamente, representar uma melhoria das condições de vida de seus trabalhadores é necessário que as políticas públicas de manejo do lixo garantam que a coleta seja feita por eles, eliminando a ação das grandes companhias, cujos interesses em lucrar com o lixo dificultam o trabalho de reciclagem. Como tem afirmado grande parte dos estudiosos do tema,

É preciso que as prefeituras comecem a contratar as cooperativas de catadores para realizar a coleta de recicláveis nas cidades, como já é feito em algumas cidades. Só remunerando o catador pelo trabalho que realiza será possível dar regularidade à coleta seletiva, e estabilidade econômica ao catador. (MNCR, 2009, pp. 57, apud Wirth, 2010)

A implementação da coleta pelos catadores, individualmente ou organizados em cooperativas de coleta e reciclagem, representaria um avanço significativo para seu trabalho. Atualmente, a maioria deles se sustenta exclusivamente com a venda de materiais recicláveis, o que significa que se encontram à mercê dos interesses das grandes companhias de coleta e de reciclagem.

A tendência à privatização somada à inexistência de uma tradição de realização da coleta seletiva contribui para explicar a lógica mercantil que se sobrepõe ao interesse público na gestão dos resíduos sólidos urbanos, na maior parte das cidades brasileiras. O orçamento do serviço de coleta e gestão dos resíduos sólidos urbanos figura entre as maiores licitações públicas dos municípios do país. O imperativo do lucro dificulta a construção de uma gestão mais complexa que leve em conta o interesse social e o custo que seria evitado com uma mais adequada coleta, gestão e destinação dos resíduos.

Conforme explicita o trabalho de Wirth (2010), a categoria dos catadores conquistou, em 2007, a Lei federal 11.445 – 01/2007, que altera a Lei de Licitação 8666, permitindo a contratação de cooperativas ou associações de catadores (que sejam

formadas por pessoas físicas de baixa renda) para a realização da coleta seletiva. Até o momento, contudo, pouquíssimos municípios adotaram essa prática: Londrina (PR), Belo Horizonte e São João Del Rei (MG), Araraquara, São José do Rio Preto, Diadema, Biritiba Mirim, Arujá, e Assis (SP). (MNCR, 2009; Kemp e Crivellari, 2008).

Pesquisas realizadas em Belo Horizonte revelam que talvez esse seja um dos principais exemplos de coleta seletiva sob o controle dos catadores. Para tanto, vem sendo fundamental o papel da ASMARE (Associação dos Catadores de Material Reaproveitável), fundada em 1990 pelos catadores, sob a coordenação da Pastoral da Rua. “Depois dessa organização, os catadores associados passaram a compor um quadro de referência na cidade, e a ASMARE, por sua vez, tornou-se conhecida nacionalmente como modelo de projeto de inclusão desses trabalhadores.” Freitas e Neves (2008: 98). O acontecimento mais importante para a Associação foi ter conseguido começar a exercer influência sobre as políticas públicas municipais de coleta de lixo, especialmente com a inclusão, na Lei Orgânica do Município, de instrumentos para garantir os catadores como agentes privilegiados junto ao serviço de limpeza urbana, prevendo, entre outras coisas, que a coleta e a comercialização dos materiais recicláveis passariam a ser feitas, preferencialmente, por meio de cooperativas de trabalho (Freitas e Neves, 2008). O estudo dessas pesquisadoras revela, não só um importante aperfeiçoamento no serviço de reciclagem, mas também efeitos sociais notáveis, que dizem respeito à melhora da auto-estima dos catadores, à conquista de uma identidade como trabalhadores sujeitos de direitos, especialmente o direito de trabalhar, além da melhora das condições de vida e de trabalho. Esta se deve, não só ao fato de que conseguem maior remuneração, como, também, por já não trabalharem mais o tempo todo nas ruas, dado que agora possuem um local fixo (a ASMARE), onde fazem o trabalho de triagem e guardam seus instrumentos de trabalho.

O consenso entre os estudiosos de que o papel dos catadores de material reciclável é fundamental para a garantia de que a reciclagem se faça a contento, inclusive em termos ambientais, vem se tornando cada vez mais forte. De acordo com Barros e Pinto, “todas as experiências bem sucedidas de reciclagem e de coleta seletiva no Brasil têm o envolvimento dos catadores com participação efetiva, trabalho organizado e reconhecimento da sociedade e do poder público” (Barros e Pinto, 2008: 76). Os autores vão ainda mais adiante ao considerarem que a não existência desses atores pode indicar dificuldades dos municípios em assimilar as mudanças que vêm ocorrendo em âmbito mundial com relação à valorização e ao reconhecimento da

reciclagem e dos catadores de material reciclável. O poder público parece, contudo, pouco ciente dessa realidade. Segundo os autores, em Minas Gerais, onde o exemplo exitoso de Belo Horizonte poderia ter um poder importante de irradiação, em mais de 500 dos 823 municípios do estado, a coleta continua sendo feita pelas grandes empresas de lixo.

No caso de Campinas, os dados da pesquisa coletados ilustram as diferenças de condições das 14 cooperativas de reciclagem existentes, com algumas mais consolidadas, instaladas em barracões próprios e contando com equipamentos adequados para a triagem e prensagem do lixo, enquanto outras, que se encontram em estágios distintos de incubação, se mantêm ainda em uma situação muito instável e vulnerável, com os cooperados trabalhando em condições totalmente inadequadas e auferindo rendimentos muito baixos. Algumas das cooperativas mais bem sucedidas têm instalação e equipamentos próprios, geralmente cedidos pela prefeitura ou adquiridos através de parcerias ou projetos financiados pela Petrobrás e Caixa Econômica, entre outros.

Outro elemento que colabora para o maior sucesso desses empreendimentos é a sua inserção em uma rede de comercialização, que realiza a venda direta de tudo o que é produzido pelas cooperativas, assegurando, assim, um preço melhor para os produtos recicláveis. Em 2005, as cooperativas de Campinas criaram a ACOOP, Associação das Cooperativas de Triagem e Manuseio de Resíduos Sólidos de Campinas e Região, com o objetivo de constituir, a médio prazo, uma central de venda. No entanto, até o presente momento, a associação não conseguiu concretizar esse objetivo e a maior parte dos empreendimentos de reciclagem do município continua dependendo de atravessadores para a venda do material.

Já no caso das cooperativas incubadas pela CRCA<sup>12</sup>, em 2005, por iniciativa desta última, foi formada a Reciclamp, uma cooperativa de segundo grau montada com recursos de um projeto financiado pela Petrobrás. A comercialização através da Reciclamp<sup>13</sup> promoveu um salto no rendimento dos cooperados. De acordo com o Coordenador da CRCA, a padronização do processo de separação do material, dos

---

<sup>12</sup> CRCA: Centro de Referência ao Cooperativismo e Associativismo, entidade ligada à Igreja Católica. Em Campinas, é vinculado à PUC e à Cáritas. Forma parte, juntamente com a ITCP/Unicamp e uma ONG chamada EDH (Ecologia e Dignidade Humana), do Programa de Formação de Cooperativas Populares de Campinas.

<sup>13</sup> Essa cooperativa de segundo grau, registrada em 2008, adquiriu um patrimônio próprio que inclui dois caminhões e seis empilhadeiras.

fardos etc., permitiu a venda direta para as empresas recicladoras, eliminando os atravessadores, o que reverteu em aumento da renda dos trabalhadores<sup>14</sup>.

A importância do enfrentamento do gargalo na comercialização evidencia-se também com o estudo da coleta seletiva em São Carlos. Nesse município, a prefeitura e a INCOOP (Incubadora de Cooperativas Populares) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), organizaram uma cooperativa de coleta de reciclagem a partir do fechamento do lixão da cidade e sua substituição por aterro sanitário. Foram organizados os ex-trabalhadores do lixão, que, embora num primeiro momento tenham resistido à idéia por considerarem que ganhariam mais permanecendo na condição anterior, acabaram se convencendo das melhorias que o trabalho cooperativado poderia lhes trazer. A prefeitura forneceu galpões para a separação do material e caminhão para a coleta e foi realizado um programa de conscientização da população para a coleta seletiva. Os trabalhadores passam semanalmente nos bairros da cidade, devidamente uniformizados para fazer a coleta. Todavia, apesar do apoio recebido, a cooperativa ainda sofre problemas decorrentes, tanto da concorrência de coletores autônomos que disputam o material quanto e, especialmente, dos baixos preços conseguidos na comercialização.

A comparação entre os exemplos de Belo Horizonte, Campinas e São Carlos evidencia a importância, tanto do movimento (que no caso de Belo Horizonte se consubstanciou na criação da ASMARE), como da política pública para possibilitar uma forma de inclusão efetiva de trabalhadores e trabalhadoras que vivenciam, em geral, altos níveis de exclusão social. Com efeito, a pressão da ASMARE, juntamente com a iniciativa do poder público, garantiu aos trabalhadores e trabalhadoras do setor o controle da cadeia de reciclagem, o que significou um processo importante de profissionalização dos/as mesmos/as e de melhoria de suas condições de vida.

Vale lembrar que em agosto de 2010 foi instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que incentiva a participação de organizações de catadores nos serviços de coleta seletiva dos municípios. Com ela, a integração dos catadores nos sistemas de coleta deixa de ser uma escolha de cada cidade e passa a ser uma diretriz nacional cujo descumprimento poderá influir nos repasses de verbas federais aos municípios (BRASIL, 2010, seção IV). Tal política representa efetivamente um avanço

---

<sup>14</sup> De acordo com esse entrevistado, a renda média dos cooperados das seis cooperativas que fazem parte da Reciclamp foi de R\$ 620,00 no final de 2008. Em algumas delas, no entanto, a renda mensal de cada trabalhador chegou a cerca de R\$ 1.200,00 nesse mesmo período. Entrevista realizada em 09/05/2009 por Angela Araújo, a quem agradeço por ter me disponibilizado os dados.

em relação à situação anterior. Tendo em vista, contudo, que a política é ainda muito recente, sua capacidade de modificar substantivamente a situação das cooperativas de reciclagem fica ainda em aberto.

Outra característica importante do setor é que ele congrega uma porcentagem importante de mulheres. Os dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES, 2007) mostram que os empreendimentos do segmento da reciclagem contam, na sua composição, com 59% de mulheres. Isto, provavelmente, se deve ao fato de que elas constituem uma parcela majoritária da população pobre em situação de vulnerabilidade nas periferias dos centros urbanos, conformando o grupo populacional com mais dificuldade de encontrar colocação no mercado de trabalho seja devido à baixa qualificação, seja em função das responsabilidades no espaço doméstico, especialmente as relacionadas ao cuidado dos filhos e de parentes idosos ou doentes.

Alguns estudos vêm evidenciando que os EES aparecem como uma alternativa de inserção para as mulheres, as quais, em função de suas responsabilidades nas tarefas reprodutivas, se mantêm desempregadas e/ou inativas pela ausência de oportunidades de inserção em atividades remuneradas (Wirth, 2010). Além disso, as cooperativas parecem constituir para as mulheres, um espaço de expressão, de recuperação da auto-estima, de ganho de autonomia (Pereira, 2007). Talvez, por esta razão, a rotatividade tão presente nos empreendimentos do setor de reciclagem seja menor entre as mulheres do que entre os homens, como observa o Coordenador da CRCA.<sup>15</sup>

Há, também, indicações de que a maior presença e permanência dos homens se dá nas cooperativas que estão mais consolidadas e que têm maior êxito. Isto aponta a necessidade de se investigar, com maior profundidade, a razão da aparente relação entre a maior precariedade das condições de trabalho em cooperativas desse segmento, nas quais se observa a predominância da força de trabalho feminina.

Finalizando, podemos afirmar que, mesmo com as conquistas que essas cooperativas representam para os trabalhadores que viviam em lixões ou fazendo coleta nas ruas, seus rendimentos, no conjunto, raramente ultrapassam um salário mínimo e a atividade mantém-se muito precária: a coleta e separação do lixo continua sendo um trabalho de baixo rendimento e sujeito a graves implicações em termos de segurança e saúde dos trabalhadores, por implicar no manuseio de dejetos sujos e perigosos.

---

<sup>15</sup> Entrevista realizada em 09/05/2009, já citada.

Outro elemento a ser levado em conta consiste no caráter participativo dessas cooperativas, o qual, muitas vezes, simplesmente não existe. Em virtude do baixo grau de escolaridade, da longa experiência de exclusão social e da pouca vivência de qualquer forma de trabalho mais organizado, os trabalhadores envolvidos na coleta e reciclagem do lixo têm dificuldade de entender o que é uma cooperativa, assim como de participar da administração do empreendimento, controlando preços de venda e quantidades de material reciclado (Magera, 2005). Nesse contexto, é comum a formação de lideranças autoritárias e de relações hierárquicas no interior dos empreendimentos (Lima, 2010). Por fim, as entidades incubadoras terminam se tornando as verdadeiras coordenadoras das cooperativas, com grande protagonismo na organização de fóruns e eventos, evidenciando a dificuldade dos trabalhadores para gerenciar, autonomamente, o empreendimento. A continuidade da incubação e o acompanhamento permanente tornam-se uma condição de êxito do empreendimento.

Sintetizando, embora possa expressar uma consciência ambiental em crescimento na sociedade, a reciclagem de lixo, no Brasil, está longe do desenvolvimento de uma consciência verdadeiramente solidária, refletindo, na realidade, a enorme desigualdade que caracteriza nossa estrutura social, em que pesem os dados positivos que o país vem registrando nos últimos anos. Nesse quadro, as associações e cooperativas de reciclagem integram políticas com o objetivo de atenuar a exclusão. Essas políticas, por si só, podem ser consideradas um avanço, mas não só é pouco, quando se leva em conta a dimensão de nossa dívida social, como estão muito longe de representar formas de trabalho autônomas e solidárias.

Nesse contexto, pode-se dizer que, embora os trabalhadores sejam os responsáveis pela manutenção do empreendimento, continuam enfrentando difíceis condições de trabalho e tendo seu trabalho subordinado – ainda que não a um patrão, mas às grandes empresas de coleta, cadeias de intermediários e empresas compradoras. As cooperativas consistem principalmente em entidades sociais, “cujo objetivo é geração de renda, com certa flexibilização em termos de princípios cooperativistas, mas dificilmente percebidas como uma alternativa real no mercado de trabalho ou mesmo como possibilidade de autonomia dos trabalhadores. Quando muito, um primeiro passo na busca de melhores condições de vida e dignidade no trabalho” (Lima, 2010: 6). Ou ainda, como sugere Magera, consistem em entidades de geração de trabalho e renda, nas quais o rendimento é muito baixo, as condições de trabalho muito ruins e que carecem dos princípios de autonomia e independência para uma gestão mais democrática, “uma



vez que todo trabalho administrativo (aquele intelectual que exige conhecimento em várias áreas da administração) acaba sendo realizado por outras pessoas que não fazem parte da associação, ou podem até fazer parte, mas acabam monopolizando a gestão empreendedora da cooperativa”. (Magera, 2005: 57).

### **3. As Fábricas Recuperadas**

O estudo das fábricas recuperadas evidencia duas realidades que precisam ser consideradas em sua análise. Em primeiro lugar, o fato de que emergem como alternativa de trabalho para operários de fábricas que faliram, os quais se encontravam no momento do processo de recuperação em uma dupla condição: a de serem considerados idosos para o mercado de trabalho e de possuírem pouca qualificação. Em segundo lugar, que não são poucas as dificuldades por que passam esses empreendimentos para conseguirem equilibrar os princípios da autogestão com a garantia da competitividade no mercado capitalista.

O exemplo da região do ABC paulista é bastante ilustrativo dessas dificuldades, se levarmos em conta que o Sindicato dos Metalúrgicos registrava, em março de 1999, a existência de dez cooperativas metalúrgicas na região, reunindo 700 trabalhadores (Revista Época, 25/10/99). Atualmente, são apenas três que juntam pouco mais de 550 trabalhadores, entre sócios e celetistas. Sem dúvida, haveria que se levar em conta que o mercado de trabalho melhorou significativamente no período, abrindo, provavelmente, muito mais alternativas de trabalho na região do que as encontradas durante os anos 1990. Esses dados evidenciam, de todas as formas, que o desenvolvimento dessas experiências não é simples, trazendo à tona as dificuldades que se interpõem para a sua manutenção por um período mais duradouro.

Um dos principais problemas, comum a todas elas, é que as fábricas são recuperadas, geralmente, depois de um período em que o antigo empreendimento havia enfrentado uma situação pré-falimentar, na qual, os equipamentos foram se tornando obsoletos e os trabalhadores com mais chances no mercado de trabalho (em geral os mais jovens e mais qualificados), foram saindo em busca de outros empregos. Isso faz com que a fábrica recuperada tenha que contar, ao menos no começo, não só com equipamentos tecnologicamente defasados, mas, também, com trabalhadores mais velhos e pouco qualificados. Essa situação se evidenciou nos três estudos de caso. Ela é

clara, por exemplo, tanto no empreendimento A, no qual, de acordo com o presidente, quando começaram a cooperativa, quase 70% dos trabalhadores já eram aposentados<sup>16</sup>, como no empreendimento B, em que tentativas de buscar jovens por meio de oferta de cursos no Senai acabaram não dando resultado, tendo em vista que os jovens abandonaram o empreendimento, uma vez terminado o curso.

As três cooperativas existentes atualmente evidenciam, por outro lado, que não há um modelo para garantir o êxito dessas experiências e que os caminhos podem ser muito distintos, dependendo do tipo de produto produzido, do número de associados que iniciam a experiência e da capacidade de organização dos mesmos. De fato, as três experiências apontam para três caminhos absolutamente diferentes entre si: o de uma cooperativa super exitosa (certamente uma das mais exitosas do país); o de outra que se encontra em uma situação quase falimentar; e o de uma terceira, em que o presidente se encastelou no poder durante vários anos, passando a controlar a fábrica de maneira extremamente autoritária. Nesse último caso, os associados se revoltaram contra a situação e vêm buscando novamente reequilibrar o empreendimento, depois de vários anos em que esteve à beira da falência. É à análise desses processos que dedicaremos as próximas seções.

### **O exemplo exitoso: O empreendimento A**

Esse empreendimento surgiu no final de 1997, com a recuperação da primeira fábrica, que viria a constituir a Central de Cooperativas (fundada em 2000), a qual passou a reunir as quatro cooperativas em que se dividia o processo produtivo da antiga fábrica. Em 2005, uma das quatro cooperativas foi absorvida pelas demais, que continuam até hoje formando o complexo. A participação do sindicato no processo de recuperação e de consolidação das cooperativas foi bastante ativo e de grande importância para o seu êxito posterior.

O empreendimento dedica-se à produção de forjados para indústrias dos setores automotivo e petroquímico, entre outros. Desde o início, ele se mostrou bastante exitoso, tendo crescido mais de 160% nos três primeiros anos: de um faturamento mensal de 1,2 milhões em 1999, pulou para 4 milhões em 2001, iniciando logo em

---

<sup>16</sup> Conforme explicitam as palavras do presidente: “Quando a empresa está ruim, os mais novos vão saindo. É aquilo que eu falei, quando você não paga, tem alguém que paga e o cara vai embora. E começou a sobrar os aposentados, aquele pessoal com mais dificuldade de recolocação”.

seguida a retomada das exportações (Diário do Grande ABC, 17/07/02, pág. 2). Em 2003, a empresa já embarcava 150 toneladas de flanges de aço para a SILBO (distribuidora americana do mercado de conexões, acessórios e tubulações), no valor de 120 mil dólares (Diário do Grande ABC, 30/01/04) e, no ano seguinte, já fechava novos contratos de exportação com 5 países: EUA, Paraguai, Uruguai, Argentina e Chile. Entre janeiro e julho de 2004, os contratos alcançaram 581,5 mil dólares e, só em agosto, a soma chegava a 504,9 mil dólares, totalizando no ano 1,2 milhão de dólares (Diário do Grande ABC, 26/08/04, Caderno de Economia, pág. 2). Nesse ano, 10% do seu faturamento veio do exterior (Diário do Grande ABC, 10/02/05).

O ano de 2003 representou um momento decisivo para o empreendimento, em função do primeiro financiamento aprovado pelo BNDES (de 29,5 milhões de reais) para comprar o parque fabril da empresa falida. O terreno, a planta industrial e os equipamentos foram arrematados em leilão por 17,3 milhões de reais; 4,8 milhões foram usados na composição de capital de giro e 150 mil (pouco mais de 0,5% do total) para programas de capacitação de mão-de-obra (Diário do Grande ABC, 30/01/04).

Em 2005, a fábrica tinha o seu segundo pedido de financiamento ao BNDES aprovado, conseguindo um empréstimo de 15 milhões para modernizar os equipamentos (Diário do Grande ABC, 10/02/05). Para se ter uma idéia do crescimento do empreendimento desde sua fundação, basta considerar a valorização da cota parte, que subiu de R\$ 290,00 em 1998 para R\$ 12.000,00 em 2001 (Oda, 2001) e R\$ 50.000,00 atualmente. Outro dado importante é que, em 2008, o faturamento do empreendimento, que chegou a 220 milhões de reais, superou o melhor ano da antiga empresa.

Mas, embora o empreendimento seja bastante exitoso em termos econômicos, ele possui problemas evidentes, quando se enfoca a questão da gestão.

Um dos primeiros problemas a esse respeito consiste no fato de que, no final de 2009, o empreendimento possuía 193 funcionários e 320 cooperados, mas, antes da crise do final de 2008, o número de celetistas era quase igual ao de cooperados. De acordo com entrevista do presidente do empreendimento, essa relação precisa ser assim, tendo em vista as flutuações do mercado, que exigem que a empresa possa demitir nos momentos de crise; como os associados não podem ser demitidos, é necessário que haja um número relativamente grande de celetistas, para que os ajustes de pessoal possam ser feitos sem dificuldades.

Outro problema concerne ao fato de que as diferenças de retirada são também bastante grandes, superiores à meta de uma diferença de, no máximo, cinco vezes entre

o salário mais alto e o mais baixo, como o propugnado pelo movimento da Economia Solidária. Novamente, as críticas do presidente do empreendimento, a respeito das diferenças entre os salários, alude às dificuldades relacionadas ao mercado:

“Isso é uma coisa interna que [...] deu polêmica desde [...] quando a gente começou a fazer lá atrás e que eu particularmente não concordo; é que puseram no nosso regimento uma cláusula, em duas cooperativas, [...] que eu não posso ter um salário maior do que a diferença de 1 para 5. E [...] o meu salário já era maior, naquela época, do que de um pra cinco, era de um pra oito. E eu particularmente não concordo porque eu acho que você tem que pagar pela função. Se eu tiver que contratar aqui um PHD, não sei o quê, que custa 5 milhões, mas que vai me trazer um lucro de 200 milhões [...], eu tenho que contratar por 5 milhões. Porque não dá pra eu querer contratar o Bill Gates com um salário de engenheiro, não tem como. Então isso aí [...] a gente tá discutindo e [...] inclusive está no edital dessa nova assembleia pra gente mudar essa cláusula. [...] A minha sugestão é a de tirar [a cláusula sobre a diferença]; paga-se a média de mercado, pronto [...] É a demanda, é a procura. Quer dizer, quando você tem muita empresa procurando um administrador, seu preço vai lá pra cima. É simplesmente o mercado, não dá muito pra gente inventar a roda. [...] se a gente não paga de acordo com o mercado o cara sai, o cara vai buscar o salário maior fora, [...] não tenho dúvida disso<sup>17</sup>.

Há que se considerar, ainda, que as fábricas pouco mudaram na antiga organização do trabalho, assim como na estrutura de cargos e salários. Segundo um engenheiro do DIEESE, que fez um estudo para mudar essa estrutura, a transformação da organização do trabalho torna-se difícil no empreendimento, tendo em vista o tipo de trabalho predominante (de forjaria) que, por ser pouco qualificado, torna muito complicada a adoção de uma organização baseada no enriquecimento de cargos e/ou na polivalência. Já no que diz respeito à estrutura de cargos e salários, a empresa continuava, até recentemente, com a mesma estrutura herdada da fábrica que faliu, baseada em uma grande quantidade de cargos e de níveis entre os vários cargos, com uma diferença de salários muito pouco expressiva entre eles<sup>18</sup>. Após o estudo realizado pelo engenheiro do DIEESE e de acordo com a proposta elaborada, houve uma diminuição na quantidade dos níveis de cada cargo. Todavia, a sugestão de estabelecimento de critérios para a passagem de um nível a outro e de uma diferença de 10% entre um nível e outro não foi aceita pelos associados por ferir interesses. O profissional do DIEESE chama atenção, contudo, para o fato de que esta é uma das únicas fábricas recuperadas que fez essa discussão.

---

<sup>17</sup> Entrevista com o presidente da Central de Cooperativas, agosto de 2009.

<sup>18</sup> Para uma discussão sobre como esse tipo de estrutura é utilizada pelas empresas para dividir os trabalhadores e estabelecer a competição entre eles, ver Humphrey, 1982 e Leite, 2004.

Enfim, valeria a pena refletir, rapidamente, sobre as considerações de alguns estudiosos da Economia Solidária (Vieitez e Dal Ri, 2001), no sentido de que os empreendimentos autogestionários não contribuiriam para a realimentação do mercado de trabalho, pois neles a força de trabalho não se propaga enquanto mercadoria. Essa situação não se confirma para esse empreendimento, pois há os trabalhadores cooperados e os contratados (celetistas), ou seja, podemos afirmar que os próprios trabalhadores configuram-se como empregadores de outros trabalhadores. Esta situação só ocorre pelas necessidades da empresa de se manter viva no mercado, obedecendo às leis capitalistas de valorização do capital, o que nos leva a concluir que não é viável atribuir ao empreendimento a capacidade de transformação do trabalho assalariado e das relações de dominação na sociedade capitalista. Ainda que se deva lembrar que os celetistas não podem ficar mais do que três anos como tal, devendo, a partir de então, se inserir como cooperado ou deixar a empresa, o simples fato de que o empreendimento funcione normalmente com um número muito próximo de trabalhadores assalariados e cooperados perpetua a relação de trabalho assalariado no empreendimento. Assim sendo, o que se destaca, neste empreendimento, é seu caráter de alternativa a uma situação de crise, na qual o trabalhador pôde encontrar uma nova forma de geração de renda a partir de uma iniciativa coletiva, embora não se possa desprezar o fato de que a possibilidade de participação nas decisões, por parte dos cooperados, lhe confere, certamente, um caráter mais democrático do que o vivido pelos trabalhadores nos ambientes de trabalho fabris, de uma forma geral. Essa tendência se reflete na afirmação de grande parte dos associados de que uma das vantagens de trabalhar no empreendimento em não ter patrão e não precisar trabalhar sob pressão.

Outro ponto a ser destacado consiste no orgulho de terem conseguido tornar o empreendimento viável, especialmente daqueles que participaram do processo de recuperação. Entre esses, evidencia-se, claramente, o sentimento de resistência quanto ao futuro incerto em que as condições do mercado de trabalho os relegavam no momento da recuperação, e a satisfação em fazerem parte de uma experiência na qual são reconhecidos enquanto profissionais competentes e capazes de gerir o empreendimento.

### **A fábrica recuperada em dificuldades: O empreendimento B**

Esta cooperativa foi fundada em 1999, depois de um longo processo de decadência da fábrica que lhe deu origem. Também neste caso, o apoio do sindicato foi decisivo para a criação do empreendimento, tendo entrado, inclusive, como entidade fiadora do aluguel do terreno da antiga fábrica<sup>19</sup>.

A empresa produz metal duro para várias outras indústrias do ramo metalúrgico e possui 28 associados e 12 celetistas. Ao contrário da empresa A, este empreendimento possui uma força de trabalho qualificada, tendo em vista que o coração da fábrica é o setor de ferramentaria, pelo qual passam todas as peças produzidas, ou seja, a ferramentaria não é apenas para fazer a manutenção das ferramentas das máquinas de usinagem, mas é parte da produção.

Outra diferença em relação à cooperativa A é que, neste caso, a regra de que os celetistas só podem ficar 3 anos nessa condição não é observada à risca, de acordo com um dos cooperados, porque há trabalhadores que não querem se tornar associados e o empreendimento não quer se desfazer deles. A não observância dos princípios da Economia Solidária aparece, também, na reduzida rotatividade da presidência da cooperativa, a mesma por três gestões seguidas, desde o início, ou seja, da fundação do empreendimento, em 1999, até 2008. Observe-se, contudo, que as retiradas se encontram dentro do critério de, no máximo, cinco vezes a diferença entre o menor e o maior salário. Estes se encontravam, na época da entrevista, respectivamente, em 800 e 3.800 reais.

Além do terreno alugado da antiga fábrica, a maior parte do parque de máquinas é também arrendada e existe um temor de que, quando a massa falida for a leilão (o que deve acontecer em um futuro próximo), não será possível comprar o terreno e as máquinas. Já foi tentado um empréstimo do BNDES, que não deu resultado. A empresa conseguiu comprar um terreno no município de Ribeirão Pires, mas descobriu, após a compra, que ele se situava em área preservada, o que impede a construção de um galpão para abrigar a fábrica. Esse impasse, além do fato de que o empreendimento vem diminuindo muito o seu faturamento, inclusive com perda de clientes nos últimos anos, vem repercutindo no ânimo do pessoal, conforme evidenciam as palavras de um dos entrevistados:

---

<sup>19</sup> A fábrica está situada no município de Mauá, motivo pelo qual sua relação deveria ser com o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Em função, entretanto, da inoperância deste sindicato, na época em que a antiga fábrica começou a atravessar dificuldades, os trabalhadores foram procurar o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que lhes ofereceu apoio durante todo o processo de constituição da cooperativa. Desde então, o relacionamento da cooperativa segue sendo com este último sindicato.

No começo, a gente começa com aquela ilusão, mas no dia a dia vêm os problemas e a gente percebe que a coisa não é fácil. No começo, é aquele fogo, tá todo mundo motivado, mas depois o pessoal vai se acomodando. É difícil [...], com o correr dos anos a coisa vai complicando<sup>20</sup>.

A questão mais séria que a cooperativa vem enfrentando é uma dívida com o PIS/COFINS, que está em juízo, esperando um último julgamento (os dois primeiros deram ganho de causa para a cooperativa). Como a dívida está muito alta, a cota-parte de cada associado tornou-se negativa (- R\$ 25.000,00), ou seja, para qualquer associado sair do empreendimento nos dias atuais, ele deve pagar esse valor. Essa situação vem causando muito constrangimento e descontentamento entre os sócios, conforme evidencia a declaração abaixo:

A retirada diminuiu, a gente está há dois anos sem pegar aumento. A gente teve o dissídio da categoria, mas não teve aumento. E a gente acompanha as notícias, a nossa faixa salarial é de ajudante. Outras pessoas que saíram daqui ganham 20 reais por hora, a gente ganha 11 reais. As condições da empresa estão ruins [...] No início da cooperativa a gente tinha retirada no final do ano. A gente trabalhava e sabia que no final do ano teria esse adicional. Nos últimos 8 anos a gente não recebe nada no final do ano. Só temos dívida. É por causa desse bendito PIS/COFINS que está em julgamento, que a gente não sabe ainda se vai pagar<sup>21</sup>.

Essa situação vem desanimando bastante os associados, que reclamam também do fato de que muitos se acomodaram e que, nessas condições, a igualdade nas retiradas desalenta ainda mais os que continuam lutando:

Quando você trabalhava na empresa, você tinha o coordenador e quando você se destacava, você tinha o reconhecimento. E recebia aumento por isso. Agora, aqui não tem isso. A gente não tem aumento há dois anos, mas mesmo assim, se a gente se destaca, nada acontece, porque vai para a assembléia e a maioria não concorda, porque se for para dar aumento tem que ser para todos [...]. Isso não é certo. O voto de quem está lá e não se destaca vai ser o mesmo que o seu [...]. O que acontece é o seguinte: o mesmo cara que faz uma ferramenta simples ganha o mesmo de quem faz uma ferramenta complicada, de alta precisão. Isso desmotiva a pessoa.[...]. Aqui não tem distinção entre os ferramenteiros. Isso tinha na época da [empresa anterior]. O que aconteceu aqui depois que a gente virou cooperativa foi que quem ganhava menos passou a ganhar mais e quem ganhava mais passou a retirar menos. E todos os ferramenteiros ganham igual, independente de sua qualificação ou produção. Nivelou e isso acaba provocando a desmotivação de certas pessoas. Porque quem faz uma ferramenta super complicada ganha igual a quem trabalha em uma peça

---

<sup>20</sup> Entrevista realizada em novembro de 2009, com um cooperado ferramenteiro, no empreendimento desde o início.

<sup>21</sup> Entrevista realizada com cooperado, em outubro de 2009.

simples. E isso não é entendido em uma assembléia. Porque se tiver aumento, é pra todos<sup>22</sup>.”

Tendo em vista a falta de alternativa para os associados, em função da dívida do empreendimento e do alto valor que teriam que pagar para poder abandoná-lo, alguns associados sentem-se como aprisionados:

Eu daria tudo para voltar a ser funcionário, a cooperativa é só emergência [...]. E essa emergência está durando mais de 10 anos já. [...] Porque você ganhando o que você ganha, aqui você não tem direito a nada. Você não tem fundo de garantia, 13º, nada. Se você ganha um pouco menos por aí, você vai ganhar mais no final das contas, porque você vai ter os benefícios. Mas agora é o seguinte: hoje, pra sair daqui, a gente está com uma dívida aqui.[...].Porque hoje o mercado melhorou bastante. A nossa profissão está escassa [...] estão buscando os aposentados. Porque a moçada não quer saber de sujar as mãos, não [...] Quem vai pôr a mão na graxa é a gente. Mas para sair daqui a gente tem que pagar, senão eu já teria saído. Proposta eu já tive e boa, por sinal. Mas aí você fica naquela: como é que vou fazer com esse negócio [da dívida]? Por causa desse bandido julgamento do PIS/COFINS. Porque se tivesse julgado, a gente teria uma sobra e aí eu iria embora. Mas, não julga e a gente não sabe se paga ou não. Os cooperados que saíram no começo não tinham essa dívida. A dívida foi aumentando e na nossa atual conjuntura, ela é impagável. Acho que não só eu como muitos sairiam<sup>23</sup>.

Essa situação tem, certamente, uma influência na avaliação negativa que eles fazem do cooperativismo e da Economia Solidária e de suas potencialidades, enquanto forma alternativa de gestão da produção.

Essa história de você ser seu próprio patrão [...] não é mil maravilhas, não. [...] Tem que ter base e estrutura; não dá pra se aventurar, não. [...] Praticamente, na cooperativa, a gente não tem perspectiva. [...] A gente já trouxe várias pessoas do SENAI, que quando aprendem o trabalho, vão embora; vão pra uma empresa melhor. Vão fazer o quê em uma cooperativa? Eles têm a vida toda pela frente. Porque cooperativa mesmo é uma solução pra crise, né? A [empresa anterior] parou no tempo e nós também. Nós começamos a investir, mas depois [...] o dinheiro foi acabando... Parou também. É complicado esse negócio de cooperativa. É como te falei, por mais que você faça, você não vai ter reconhecimento. Você pode se matar ali, destacar, gerar um faturamento enorme pra empresa, mas na hora de pagar, todos querem igual. Quem ficou só na boa também vai querer aumento. E que motivação você vai ter? Nenhuma. O cara que faz uma ferramenta super complicada ganha igual ao outro! Que motivação você acha que ele vai ter? Nenhuma, nenhuma. Eu não estou desabafando, não... estou falando a realidade. [...] O discurso da economia solidária é muito bonitinho, mas a realidade.... Não paga os seus impostos pra você ver o cara batendo na sua porta aí.[...] A cooperativa em si é uma solução pra crise.

---

<sup>22</sup> Entrevista realizada com cooperado, em novembro de 2009.

<sup>23</sup> Idem.



Tanto que a maioria são formadas após a falência de uma empresa. Nunca em uma situação ótima as pessoas decidem formar uma cooperativa. Elas surgem decorrente de uma quebra<sup>24</sup>.

De fato, o empreendimento está vivendo uma grave crise no momento, cuja solução depende em boa parte da decisão da Justiça a respeito da dívida com o PIS/COFINS. Por enquanto, as alternativas aventadas pelo presidente para quando a massa falida for a leilão e eles tiverem que deixar o local onde estão instalados são uma ajuda da prefeitura de Mauá para que eles se instalem em um terreno do município (alternativa que parece pouco viável frente ao pouco entusiasmo do prefeito pela proposta) ou a mudança para o terreno da fábrica A. Esta última possibilidade vem sendo atualmente discutida pelos dois empreendimentos, mas sua viabilidade não está definida até o momento.

### **A má administração e a volta por cima dos de baixo: O empreendimento C**

Esta cooperativa surgiu em 2003, como resultado do processo falimentar de uma empresa de produção de material elétrico. O empreendimento começou com aproximadamente 40 cooperados que participaram do processo de recuperação da empresa em processo de falência e que, como nos casos anteriores, decidiram montar a cooperativa em função das dificuldades do mercado de trabalho e da idade da maioria (de acordo com o atual presidente, a idade média dos cooperados, atualmente, se aproxima dos 40 anos).

O empreendimento foi muito bem nos primeiros anos, quando a cooperativa conseguiu, inclusive, comprar os equipamentos da fábrica falida da qual se originou. A crise de 2008/2009 encontrou, no entanto, a empresa bastante fragilizada, o que elevou o impacto da desaceleração econômica sobre a produção.

Essa fragilização do empreendimento deveu-se ao fato de que ele estava sendo mal administrado pelo presidente (que geriu a cooperativa de 2003 a 2009) e pela tesoureira, que começaram a tomar decisões isoladamente, sem consultar o coletivo dos associados, levando a empresa quase à falência. De acordo com os entrevistados, as assembléias foram se tornando cada vez mais raras, os documentos de prestação de contas quase nunca eram apresentados e, em 2006 (quando deveria ser eleita uma nova

---

<sup>24</sup> Idem.

administração), a situação culminou com a elaboração de um documento pelo próprio Presidente, que o reelegia por mais uma gestão. Entre as decisões tomadas sem consulta e que indicavam, claramente, desvio de recursos, destaca-se a compra de um veículo que era utilizado apenas pelo Presidente, como se fosse sua propriedade particular, além de uma grande quantidade de dívidas que foram feitas, sem consultas aos associados. Esse processo foi descrito claramente por um dos entrevistados<sup>25</sup>:

Hoje, a nossa situação de cooperado [permite] a oportunidade de estar discutindo junto com todos o que a gente vai fazer, o que a gente vai comprar, e por isso tá começando a dar certo de novo. Antigamente a gente não tinha esse conhecimento, o presidente ia lá e fazia tudo, não chamava o pessoal pra discutir [...] Mas nessa administração agora a gente discute tudo. [...] O outro presidente achava que só ele poderia fazer [...]. Chamava a menina pra trabalhar aqui, não era discutido nada, depois ela ficava dois, três meses e não dava conta do trabalho, isso era uma perda; começou a faltar cliente, foi difícil. Esse cidadão chegou a ameaçar os cooperados de morte; eu bati de frente com ele [...]. Pra tirar ele foi briga, todo mundo falou que ele ia ter que sair; os problemas [...] estavam aqui todos no nome dele, então ele teve que se afastar. Agora a gente tá começando a engrenar de novo [...]. Antes [...] a gente tinha nome; [...] então tinha muita saída financeiramente [...]. Só que o [...] presidente [...] achava que tudo era só pra ele; excluía o resto e nós achava que o negócio tava dando certo. [...]

Nesse contexto, muitos clientes foram perdidos e vários associados abandonaram o empreendimento, que conta hoje com 17 cooperados e 18 celetistas.

O quadro de deterioração da fábrica se interrompeu quando, no final de 2009, os associados se reuniram e decidiram expulsar o Presidente e a tesoureira da cooperativa e eleger uma nova diretoria, conforme relata um dos cooperados<sup>26</sup>:

Mas aí foi mudando, a gente descobriu que tinha dívida. Antes dele sair, era muita dívida de coisas bobas, comprou um carro pela cooperativa, era bem complicado. [...] Ele já foi mal desde o começo; quando foi fazer uma nova eleição, não teve; ele fez o documento e passou pra todo mundo assinar e todo mundo assinou e a nova administração continuou e ficaram mais três anos. Agora quando o pessoal viu que não dava, aí teve a eleição. Colocamos [pra] todo mundo e perguntamos quem queria ser presidente, vice. Todo mundo falava “ tô fora “ e a gente, pra não deixar a peteca cair, fizemos uma administração pra dar andamento na cooperativa. A ISO 9000, esse ano, nós que conquistamos. Não tinha assembleia antes; era só de 2 ou 3 meses; aí nós começamos a reclamar [e] ele colocou a assembleia no horário de 8h da manhã [...] no domingo. Aí quando tinha vinham 2 cooperados, ninguém vinha essa hora no domingo.

---

<sup>25</sup> O entrevistado é o atual vice-presidente e encarregado geral da produção do empreendimento. Entrevista realizada em 17/03/2010.

<sup>26</sup> Idem, ibidem.

Desde então, eles vêm fazendo reuniões semanais com todos os associados para a resolução dos problemas e estão discutindo um empréstimo com a Unisol para o pagamento das dívidas. O sindicato vem acompanhando o processo mais de perto, tendo, inclusive, designado um técnico para ajudar os associados a se reapropriarem da fábrica, colocando-a de volta em suas mãos. Apesar desse movimento, o empreendimento sofreu a perda de 3 associados no último ano.

Evidentemente, fica difícil, nesse quadro, a observância dos princípios da Economia Solidária. Também nessa cooperativa existe a possibilidade de os celetistas continuarem trabalhando por um período superior a 3 anos, tendo em vista a pouca atratividade que o empreendimento apresenta para a entrada de novos sócios<sup>27</sup>. No que respeita às retiradas, contudo, o empreendimento observa a regra de diferença inferior a cinco vezes entre o menor e o maior salário, que correspondem, respectivamente, a 850 e 2.550 reais.

O processo está, todavia, em curso; os desafios são muitos e é difícil, no momento, predizer as possibilidades de que o empreendimento possa, efetivamente, se reerguer.

## **Conclusão**

A análise dos setores de reciclagem e das fábricas recuperadas indica que esses dois tipos de empreendimentos apresentam características muito distintas, assim como integram trabalhadores de perfis muito diferenciados. Vale ressaltar, contudo, que nos dois casos, a formação dos empreendimentos está relacionada à questão da geração de renda e, nesse sentido, o papel da Economia Solidária, como política pública voltada para segmentos de trabalhadores historicamente excluídos ou em processo de exclusão, vem à tona de maneira bastante evidente.

De fato, se no caso das fábricas recuperadas, os empreendimentos congregam trabalhadores industriais pouco qualificados (com exceção dos da fábrica B) e de idade considerada já avançada para os padrões do mercado de trabalho brasileiro, ameaçados pelo desemprego, no caso das cooperativas de reciclagem trata-se de uma população marginalizada, com grandes dificuldades de inserção ocupacional. Portanto, embora os

---

<sup>27</sup> De acordo com o Presidente, o estatuto prevê apenas 3 anos de trabalho como celetista; mas nada impede que o funcionário se desligue e volte como celetista.

primeiros sejam operários provenientes do mercado formal, enquanto os segundos constituam uma população socialmente excluída, ambos viviam no momento anterior à constituição dos empreendimentos uma situação de ameaça real a suas condições de sobrevivência. É nesse contexto que os empreendimentos econômicos solidários devem ser pensados como alternativas de inserção social.

Vale destacar, contudo, que as experiências não se esgotam na geração de trabalho e renda. Enquanto alternativas de inclusão social em que a participação do coletivo se torna importante, seja para a criação do empreendimento, seja para sua manutenção, esses experimentos podem conferir a seus associados um sentimento de orgulho, de elevação da auto-estima, de capacidade de resistência às situações adversas enfrentadas. Essa situação, contudo, não é encontrada em todos os empreendimentos, mas apenas naqueles que conseguem um desempenho mais exitoso, conforme fica evidenciado nos estudos das fábricas recuperadas.

Mas, se é fato que a questão da sobrevivência ameaçada se encontra na raiz dos dois tipos de experimentos, é necessário considerar que a capacidade de irradiação dessas experiências é muito desigual. Enquanto as fábricas recuperadas tendem a arrefecer a sua presença na Economia Solidária no caso do Brasil, devido ao fato de que sua criação depende da falência de empresas que tenham um número mais ou menos expressivo de funcionários (situação que se tornou pouco comum com o processo de desenvolvimento econômico que o país vem vivendo nos últimos anos), as cooperativas de reciclagem possuem um vasto campo de crescimento, tendo em vista que, apesar da importante diminuição da pobreza nos últimos anos, o país ainda possui uma expressiva quantidade de marginalizados e uma enorme potencialidade de expansão do processo de reciclagem do lixo. Vale lembrar que para esses(as) trabalhadores(as), a inclusão no trabalho cooperativo é vista, em geral, como bastante positiva em relação às anteriores situações vivenciadas, ainda que continuem não tendo acesso a direitos trabalhistas e que suas retiradas possam ser consideradas muito baixas. Contudo, conforme ficou demonstrado anteriormente, a política pública de manejo do lixo necessita ser ainda muito modificada para proporcionar aos(as) trabalhadores(as) das cooperativas de reciclagem condições mais dignas de vida e de trabalho.

Finalmente, também no que concerne à questão da autonomia e da participação, a situação é pouco alentadora. Nas fábricas recuperadas, embora haja uma avaliação positiva dos cooperados em relação ao trabalho, a dificuldade de participação é sentida em todos os experimentos analisados. Ou porque há pouca disponibilidade do coletivo

para participar constantemente das decisões, ou porque alguns acabam assumindo a liderança, ou ainda porque os novos sócios não possuem o mesmo ânimo participativo dos que vivenciaram o processo de recuperação, há sempre uma minoria que acaba definindo as estratégias empresariais, chegando até mesmo a se distanciar, totalmente, dos interesses da coletividade, como ocorreu no empreendimento C. Já nas cooperativas de reciclagem, o pouco domínio sobre os processos e os preços, assim como a baixa escolaridade dos(as) cooperados(as) dificulta uma participação mais efetiva na gestão dos empreendimentos. Aqui, também é comum que uma liderança acabe assumindo a gestão da cooperativa de maneira distanciada em relação ao conjunto. Ainda que os(as) cooperados(as) também apontem melhorias em suas condições de vida e a viabilidade de inserção de pessoas que vivenciam situações difíceis (como, por exemplo, trabalhadoras com encargos familiares, que dificultam sua inserção no mercado de trabalho, como filhos doentes), a grande maioria dos empreendimentos se encontra distante de uma experiência com forte participação do coletivo.

Há que se considerar, contudo, que os catadores lograram construir um movimento social de relevância o qual, se impulsionado por políticas públicas mais favoráveis, pode vir a ocupar um papel importante na diminuição da pobreza, na criação de trabalho digno e, inclusive, na viabilização de políticas ambientais de grande alcance no que diz respeito ao manejo do lixo. Esta é, contudo, apenas uma potencialidade nos dias atuais, que se defronta com o poderoso interesse das companhias de lixo. De acordo com elas, o lugar a ser ocupado pelas cooperativas de reciclagem não deve passar das primeiras fases da triagem, reservando para si o trabalho mais lucrativo da coleta e da venda do material reciclado para as grandes empresas industriais. Nesse modelo, caberá aos empreendimentos de Economia Solidária do setor de reciclagem manter o papel que vem desempenhando até o momento na cadeia, qual seja, o de fazer o trabalho sujo e mal pago da separação do lixo, viabilizando o lucro milionário das grandes empresas que controlam a coleta e a distribuição.

Evidentemente, a atual política nacional de resíduos sólidos, instituída em agosto de 2010, poderá vir a ser um elemento importante na modificação dessa realidade. Em que medida ela logrará transformá-la de maneira substancial é algo que, contudo, ainda não está definido e cujo alcance dependerá em muito da capacidade de mobilização do Movimento Nacional dos Catadores Recicláveis.

Uma última reflexão merece ser feita no que diz respeito à defasagem entre a teoria dos líderes da Economia Solidária e a prática dos empreendimentos. Ao indicar as

dificuldades que a Economia Solidária encontra, enquanto um movimento de empreendimentos autogestionários, este estudo traz à tona também sua fragilidade no que concerne à capacidade de promover um efetivo processo de transformação social. Ainda que isso não signifique que devemos perder de vista o caráter de resistência do movimento, essa fragilidade nos coloca frente à suspeita de que a idéia de transformação social emerge muito mais como um ideal de uma liderança portadora de uma visão teleológica, que confere à classe trabalhadora a missão histórica de promover a grande transformação social, do que a uma realidade ou potencialidade efetiva dos empreendimentos solidários<sup>28</sup>.

#### Referências Bibliográficas

- Bacic, M.J. Metodologias para formação de organizações associativas e experiências das incubadoras de cooperativas: o caso da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas. In Dal Ri, N. (org). *Trabalho associado, Economia Solidária e mudança social na América Latina*. Marília: Cultura Acadêmica, 2010.
- Barros, V. e Pinto, J.B. Reciclagem: Trabalho e cidadania. In Kemp, V. e Crivellari, H. (orgs). *Catadores na cena urbana*. Construção de políticas sócio-ambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- Castel, Robert, *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- Cortegoso, A.L.; Ferraz, F.J.; Shimbo, I.; Lucas, M.G. Evolução na atuação da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar em relação à economia solidária. In Dal Ri, N. (org). op. cit., 2010.
- Faria, J.H. *Gestão Participativa*. Relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.
- Freitas, M. e Neves, M. Cidade e trabalho: as experiências dos catadores de papel em Belo Horizonte. In Kemp, V. e Crivellari, H. (orgs). op.cit., 2008.
- Gaiger, L.I. *Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- \_\_\_\_\_. A presença política da Economia Solidária. Considerações a partir do mapeamento nacional. Nesta coletânea.
- Holzmann, L. *Operários sem patrão*. São Carlos: Editora da UFSCar, 2001.

---

<sup>28</sup> - Agradeço a Lorena Holzmann por essa sugestão.

- Humphrey, J. *Fazendo o "Milagre"*. Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1982.
- Kemp, V. e Crivellari, H. (orgs). *Catadores na cena urbana*. Construção de políticas sócio-ambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- Laville, J.L. Ação pública e economia: um quadro de análise”, In França Filho, G. et al. *Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- Leite, M.P. *O Futuro do Trabalho*. Novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Scritta, 1994.
- Lima, J.C. *As artimanhas da flexibilização: O trabalho terceirizado em cooperativas de produção*. São Paulo: Terceira Margem, 2002.
- Lima, J.C. Cooperativas de reciclagem de lixo no Brasil: A autogestão da pobreza. 2010 (mimeo.).
- Lorente, R.A.D. *Movimento Sindical e Fábricas Cooperativas: Experiências no ABC Paulista*. São Carlos: UFSCar, 2009. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.
- Magera, G. *Os empresários do lixo*. Campinas: Átomo, 2005.
- MNCR, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis. *Mercado de trabalho, conjuntura e análise, IPEA, 41*, Brasília, MTE, 2009, pp. 55-58.
- Oda, N. *Gestão e trabalho em cooperativas de produção: Dilemas e alternativas à participação*. São Paulo: Poli/USP, 2001. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Dissertação de Mestrado.
- Oliveira, J.P. *Economia Solidária: relações de trabalho emergentes e a configuração de novas identidades*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2010. Dissertação de Mestrado.
- Pereira, M.C.C. *Experiências Autogestionárias no Brasil e na Argentina*. Campinas: Programa de Pós-Graduação em Educação/Unicamp, 2007. Dissertação de Mestrado.
- Pires, A.S. Autogestão, *Economia Solidária e Gênero: as trabalhadoras de cooperativas incubadas na cidade de São Carlos*. São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFSCar, 2010. Dissertação de Mestrado.
- Quijano, A. Sistemas alternativos de produção? In Santos, B.S. (org). *Produzir para viver*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.
- Singer, P. Economia solidária: Um modo de produção e distribuição. In Singer, P. e Souza, A.R. (orgs) *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

Rizek, C. Verde, Amarelo, Azul e Branco – Uma mercadoria e seu fetiche. In Oliveira, F.; Braga, R e Rizek, C. (orgs). *Hegemonia às Avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

Santos, B.S. (org). *Produzir para viver*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

Schiochet, V. e Brandes, M. Espaço e cadeias produtivas solidárias: o caso da reciclagem. III Encontro de Economia Catarinense, Blumenau/SC, FURB, 2009. Disponível em : [HTTP://www.apec.unesc.net/artigos\\_IIIIEEC.html](HTTP://www.apec.unesc.net/artigos_IIIIEEC.html).

Souza, A.R. O ideal da autogestão como movimento social, política pública e objeto científico. In Dal Ri, N. (org), op. cit., 2010.

Vieitez, C. e Dal Ri, N. *Trabalho associado*. Cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

\_\_\_\_\_. *Mudança Social na América Latina, Trabalho Associado e Educação*. Marília: Grupo O&D, 2009.

Wirth, I. *As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão*. Campinas: Programa de Pós-Graduação em Educação, Unicamp, 2010. Dissertação de Mestrado.

**Jornais e documentos consultados:**

Diário do Grande ABC, 17/07/02,

Diário do Grande ABC, 26/08/04

Diário do Grande ABC, 30/01/04

Diário do Grande ABC, 10/02/05

Revista Época, 25/10/99

SIES (Sistema de Informação em Economia Solidária), 2007.